

# **ALIANÇA DO PACÍFICO: O EIXO MERCOCENTRO COMO SOLUÇÃO ESTRATÉGICA PARA O BRASIL**

*Por Bruno Stankevicius Bassi*

Em 28 de abril de 2011 ocorreu em Lima a reunião onde seria declarada formalmente a instituição de uma aliança entre as quatro principais forças ascendentes da economia latino-americana. O bloco, intitulado Aliança do Pacífico, foi fruto de um esforço conjunto entre Chile, Colômbia, Peru e México com o fim de avançar progressivamente até a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas, instaurando assim um novo e pujante bloco comercial na região.

A rápida evolução apresentada pela AP, logrou já em fevereiro de 2014 isentar o Imposto de Importação para 92% dos produtos do Sistema Harmonizado, estabelecendo para o restante um prazo de desgravação inferior a 7 anos. Também foi aprovado o protocolo adicional ao acordo-macro que cobre temas como acesso a mercados, regras de origem, medidas sanitárias e fitossanitárias, serviços financeiros, telecomunicações e mecanismos para solução de diferenças. Ainda se estipulou que as agências de promoção comercial trabalharão sinergicamente em ações conjuntas no exterior para atração de investimentos e promoção de exportações.

Com uma extensa cobertura midiática e avanços sensíveis em tão curto intervalo de tempo, o número de países observadores saltou para 32 e vem sendo analisadas a incorporação de Costa Rica e Panamá como membros plenos.

## **Visões sobre a Aliança do Pacífico**

À medida que a Aliança avançava exponencialmente, muitos economistas e parte da mídia especializada observaram aí um forte contraponto ao Mercosul, uma vez que as sucessivas crises internas de Paraguai, Venezuela e Argentina estagnaram a agenda do bloco, reduzindo seu papel estratégico para a política externa brasileira. Mais do que isso, a AP vem sendo promovida como a alternativa pragmática em oposição a um Mercosul cada vez mais ideologizado.

Há, contudo, fortes controvérsias nesta visão pragmática da Aliança uma vez que seus quatro membros são fortemente marcados pelas correntes neoliberais,

sobretudo no México, cujo peso econômico o condiciona como líder natural do grupo. Chile e Peru, apesar encontrarem-se sob governos de centro-esquerda, mantiveram intactas as estratégias de austeridade e abertura comercial promovidas por seus antecessores, enquanto na Colômbia a mesma linha econômica é mantida desde o governo Álvaro Uribe.

Alguns setores vêem nessa iniciativa uma tentativa estadunidense de recuperar o terreno perdido durante a ascensão da nova esquerda latino-americana entre 2002 e 2010 ou, a um nível mais crítico, de retomada da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). Porém, o que se vê é uma atitude ainda tímida dos Estados Unidos em relação ao novo bloco, tanto política quanto comercialmente.

Portanto, a verdadeira questão que deve ser colocada é qual o verdadeiro impacto e quais possibilidades a Aliança abre para o próximo governo brasileiro que assumirá o poder em 2015?

### **Possíveis cenários**

Além dos evidentes impactos que o resultado das urnas poderá ter para os desdobramentos da política externa brasileira nos próximos anos, um tópico central em pauta é a abertura comercial do Brasil.

Com a crise interna de seus membros e a consequente freada nas negociações, o Mercosul se tornou hoje um mero espectro político, com pouca representatividade e expressão limitada no contexto regional. Neste ínterim, a política externa de Dilma Rousseff voltou seus esforços à aproximação com os BRICS, que emergem de 2014 como um bloco mais coeso e alinhado, enquanto que internamente se manteve a aposta no forte mercado interno brasileiro. Porém, o princípio de estagflação apresentado neste ano e o contexto externo de queda acentuada no preço das commodities, trouxeram o consenso de que já não é mais possível manter essa postura.

Como reação, durante a Cúpula do Mercosul em 29 de julho, Dilma iniciou um projeto de recuperação do bloco, buscando destravar as negociações com a União Europeia e – o que é notável – propondo a antecipação da vigência de tarifa zero para as importações provenientes de Chile, Colômbia e Peru. Portanto, é provável que assistamos a uma forte aproximação comercial com os membros sul-americanos da

Aliança, uma vez que nos últimos meses Michele Bachelet e Juan Manuel Santos vêm buscando estreitar os laços com o Brasil, política e economicamente.

Caso os formuladores de nossa política externa saibam capitalizar esta oportunidade, os dois blocos poderão tornar-se complementares ao invés de antagônicos. Essa situação pode levar a dois desdobramentos.

O primeiro seria a transformação dos Acordos de Cooperação Econômica vigentes em Tratados de Livre Comércio mais amplos com Chile, Colômbia e Peru, dos quais somos hoje os maiores parceiros na América Latina, anulando assim um avanço geopolítico do México e garantindo ao Brasil a posição de líder regional. Ao mesmo tempo em que anularia quaisquer avanços da Aliança do Pacífico contrários aos interesses nacionais, proporcionaria uma nova via de acesso ao mercado asiático através dos TLC's que os três países mantêm separadamente com China, Japão e Coréia do Sul.

Um segundo desdobramento possível seria uma adesão formal do Brasil à Aliança seguida de um esforço político em torná-la complementar ao Mercosul, criando assim um eixo estratégico no centro do continente, com rotas logísticas multimodais que abrirão uma nova fronteira para os exportadores brasileiros, tornando-os mais competitivos globalmente.

Por outro lado, uma eventual adesão brasileira em detrimento ao Mercosul, representaria um novo paradigma estratégico mais pragmático, sob a insígnia da abertura comercial. A posição do Brasil na Aliança nesta lógica não seria a de líder, mas de um parceiro, trazendo implicações geopolíticas difíceis de prever. Certamente, esta abordagem representaria o último sopro do Mercosul como originalmente criado, legando-o a instrumento acessório da política externa brasileira e gerando um provável foco de tensão no Cone Sul.

É importante notar que a abertura deixou de ser uma opção e tornou-se uma necessidade. Com a negociação dos tratados mega-regionais da Parceria Trans-Pacífico (TPP) e do Acordo de Parceria Transatlântica entre Estados Unidos e União Européia (TTIP) e com novas parcerias sendo discutidas fora do marco da Organização Mundial do Comércio, não podemos mais repousar tranquilamente sob o manto do multilateralismo. O que está em jogo é como o Brasil se posicionará neste contexto: será o líder capaz de promover uma integração regional duradoura ou se desligará do

conturbado cenário político sul-americano adotando o pragmatismo, principal marca da Aliança, como bandeira? Esta é a decisão que nos cabe definir.